

RECEBIDO ORIGINAL
Enl: 27/12/21
Grau Fumim



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

LICENÇA AMBIENTAL ÚNICA DE SUPRESSÃO VEGETAL N.º 263/2021

INTERESSADO: Petróleo Brasileiro S.A - PETROBRÁS.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: Av. Darcy Vargas, nº 645, Parque Dez de Novembro, Manaus-AM.

CNPJ/CPF: 33.000.167/1119-57

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

FONE: (92) 3627-6314

FAX:

REGISTRO NO IPAAM: 0904.0118

PROCESSO Nº: 1318.2021

ÁREA A SER SUPRIMIDA: 1,46ha

DADOS DO IMÓVEL/TERRENO:

LOCALIZAÇÃO: Campo Arara Azul à Norte do Polo Arara, na Base de Operações Geólogo Pedro de Moura – BOGPM – Urucu, nos municípios de Coari e Tefé-AM.

COORDENADAS GEOGRÁFICAS:

Coordenadas - Limite da área de supressão -1					
Vértice	Latitude	Longitude	Vértice	Latitude	Longitude
V-1	4° 37' 39,711" S	65° 24' 47,852" W	V-3	4° 37' 38,546" S	65° 24' 45,913" W
V-2	4° 37' 38,539" S	65° 24' 47,838" W	V-4	4° 37' 39,707" S	65° 24' 45,915" W

Coordenadas - Limite da área de supressão -2					
Vértice	Latitude	Longitude	Vértice	Latitude	Longitude
V-1	4° 39' 0,598" S	65° 22' 29,488" W	V-7	4° 38' 55,429" S	65° 22' 43,685" W
V-2	4° 39' 1,308" S	65° 22' 29,717" W	V-8	4° 38' 55,336" S	65° 22' 45,212" W
V-3	4° 38' 58,398" S	65° 22' 36,503" W	V-9	4° 38' 54,799" S	65° 22' 46,584" W
V-4	4° 38' 58,222" S	65° 22' 37,610" W	V-10	4° 38' 54,033" S	65° 22' 46,067" W
V-5	4° 38' 56,920" S	65° 22' 40,847" W	V-11	4° 38' 56,219" S	65° 22' 40,082" W
V-6	4° 38' 56,504" S	65° 22' 40,869" W	---	---	---

FINALIDADE: Autorizar a Licença Ambiental Única de Supressão Vegetal para Construção de pinguelas sobre igarapé para permitir a movimentação de máquina no trecho da faixa de dutos do campo de Arara Azul (ARZ) no trecho compreendido entre os poços 1-ICB-1-AM e 3-ICB-2-AM, nos municípios de Coari e Tefé. A área total é de 1,46 ha.

VOLUME AUTORIZADO:

Nome Comum	Nº de árvore	Vol. (m³)	Vol. (ST)
Diversas	---	14,93	---
Total		14,93	---

PRAZO DE VALIDADE DESTA AUTORIZAÇÃO: 01 Ano.

Manaus-AM,

27 DEZ 2021

Wanderlei H. Salgado do Nascimento
Wanderlei H. Salgado do Nascimento
Diretoria Técnica

Juliano Marcos Valente de Souza
Juliano Marcos Valente de Souza
Diretor Presidente

IMPORTANTE:

- Fica expressamente proibido o transporte do material, sem o Documento de Origem Florestal – DOF
- O uso irregular desta LAU implica na sua invalidação, bem como nas sanções previstas na legislação;
- Este Documento não contém emendas ou rasuras;
- Este Documento deve permanecer no local da exploração para efeito de fiscalização (frente e verso)
- O volume autorizado não quita volume pendente de reposição florestal;
- Os dados técnicos do projeto são de inteira responsabilidade do responsável técnico

RESTRIÇÕES E/OU CONDICIONANTES DE VALIDADE DESTA LICENÇA: LAU-SV N.º 263/2021

1. O pedido de licenciamento e a respectiva concessão da mesma, só terá validade quando publicada Diário Oficial do Estado, periódico regional local ou local de grande circulação, em meio eletrônico de comunicação mantido pelo IPAAM, ou nos murais das Prefeituras e Câmaras Municipais, conforme art.24, da Lei n.3.785 de 24 de julho de 2012;
2. A solicitação da renovação da Licença Ambiental Única deverá ser requerida num prazo mínimo de 120 dias, antes do vencimento, conforme art.23, da Lei nº.3.785 de 24 de julho de 2012;
3. Toda e qualquer modificação introduzida no projeto após a emissão da Licença implicará na sua automática invalidação, devendo ser solicitada nova Licença, com ônus para o interessado;
4. Esta Licença é válida apenas para a localização, atividade e finalidade constante na mesma, devendo o interessado requerer ao IPAAM nova Licença quando houver mudança de qualquer um destes itens;
5. Esta Licença não dispensa e nem substitui nenhum documento exigido pela Legislação Federal, Estadual e Municipal;
6. A presente Autorização de Supressão Vegetal - ASV está sendo concedida com base nas informações constantes no processo nº 1318.2021
7. Para o transporte e a comercialização de produtos e subprodutos florestais oriundos desta Autorização de Supressão Vegetal - ASV, o empreendedor/detentor da ASV deverá solicitar a Autorização de Utilização de Matéria Prima Florestal - AUMPF junto ao IPAAM, o que corresponde uma posterior inserção de novo pedido junto ao SINAFLOR;
8. Proteger a fauna conforme estabelecido nas Leis n. 5.197/67;
9. Fica proibida a comercialização e o transporte do material lenhoso oriundo do corte das espécies protegidas na forma da Lei;
10. Realizar durante o período de supressão vegetal as medidas preventivas e mitigadoras dos impactos relacionados fauna silvestre;
11. Manter integral as Áreas de Preservação Permanente, conforme estabelecido a Lei nº 12.651/12 e 12.727/2012;
12. Proteger o solo e os cursos d'água da contaminação por substâncias tóxicas (combustíveis, óleos, graxas, inseticidas, agrotóxicos, tintas e outros);
13. Em caso de solicitação de renovação, apresentar relatório de exploração florestal constando a planilha de volume de material lenhoso já suprimido e a ser suprimido, conforme autorização em Licença Ambiental Única – LAU de Autorização de Supressão Vegetal – ASV;
14. Fica proibida a interrupção dos cursos d'água, quando da construção das vias de acesso para transposição na área;
15. Em caso de doação da lenha ora autorizada, obrigatória à homologação do pátio;
16. Esta Licença Ambiental Única – LAU de Autorização de Supressão Vegetal – ASV autoriza somente a extração das espécies e volumetria listadas;
17. Fica expressamente proibido o corte da andiroba (*Carapa guianensis*; *Carapa paraense*) e copaíba (*Copaifera trapezifolia hayne*; *Copaifera reticulata*; *Copaifera multijuga*), de acordo com o Decreto Estadual nº 25.044/05;
18. Não são passíveis de exploração para fins madeireiros a Castanheira (*Bertholletia excelsa*) e a Seringueira (*Hevea spp.*), em florestas naturais, primitivas ou regeneradas, conforme estabelece o Decreto Federal nº 5.975/06.
19. O executor deve apresentar relatório de execução da supressão da vegetação com a respectiva ART do profissional habilitado contendo as seguintes informações: número de indivíduos retirados, volume em m³, comprovação da destinação do material vegetal, coordenadas geográficas, registro fotográfico e outras informações pertinentes no prazo de validade da licença.
20. Esta autorização para supressão vegetal é para uma área correspondente a 1,46 ha.
21. Não é permitida a realização de queimada na área objeto desta autorização